



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO Nº : 10768.008508/89-33

RECURSO Nº : 85.793

MATÉRIA : PIS DEDUÇÃO - EX: DE 1985 e 1986

RECORRENTE/INTERESSADA : COMPANHIA WILSON SONS DE ADMINISTRAÇÃO  
E COMÉRCIO.

INTERESSADA/RECORRENTE : DRF NO RIO DE JANEIRO-RJ

SESSÃO DE : 06 de dezembro de 1996

ACÓRDÃO Nº : 107-03.781

DECORRÊNCIA - PIS DEDUÇÃO - Em se tratando de contribuição calculada com base no imposto de renda devido, o lançamento para sua cobrança é reflexivo e, assim, a decisão de mérito prolatada no processo principal constitui prejulgado na decisão do processo decorrente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso "ex officio" interposto pela DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO-CENTRO OESTE, e de recurso voluntário interposto por COMPANHIA WILSON SONS DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, e, DAR provimento, relativamente ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE

CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES  
RELATOR

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 10768.008508/89-33  
ACÓRDÃO N° : 107-03.781

FORMALIZADO EM: 13 JUN 1997

Participaram, ainda do presente julgamento, os Conselheiros: JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, NATANAEL MARTINS, EDSON VIANNA DE BRITO, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES e PAULO ROBERTO CORTEZ. Ausente, Justificadamente, o Conselheiro MAURILIO LEOPOLDO SCHMITT.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

3

PROCESSO N°.: 10768/008.508/89-33

ACORDÃO N°.: 107-03.781

RECURSO N°.: 85.793

RECORRENTE : CIA. WILSON SONS DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO

R E L A T O R I O

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO-CENTRO OESTE - RJ. recorre de ofício de sua decisão de fls. 88/89, na parte em que a Fazenda Nacional foi vencida, e a COMPANHIA WILSON SONS DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO, qualificada nos autos, em relação à sua sucumbência ocorrida na referida decisão.

A empresa fora autuada para cobrança do PIS DEDUÇÃO, exercícios de 1985 e 1986, por decorrência do lançamento do imposto de renda correspondente aos mesmos exercícios.

A empresa impugnou a exigência, reiterando os argumentos expendidos na impugnação do processo principal.

A autoridade recorrida manteve em parte o auto de infração, também atenta ao princípio da decorrência.

Na fase recursória, a empresa postula o apensamento dos processos.

O recurso de ofício foi desprovido e o recurso voluntário, protocolizado neste Conselho sob nº nº 107.120, foi provido, como faz certo o Ac. 107-03.645, de 20/12/96.

E o relatório.

47

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

4

PROCESSO N°.: 10768/008.508/89-33  
ACÓRDÃO N°. : 107-03.781

V O T O

Conselheiro CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES ,

Relator:

Recurso tempestivo e assente em lei, dele tomo conhecimento.

Tratam os presentes autos de cobrança do PIS DEDUÇÃO que é calculado com base no imposto de renda devido pela empresa.

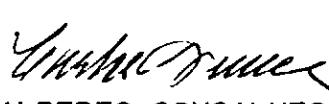
Desta forma é inquestionável a relação de dependência do lançamento do PIS DEDUÇÃO ao destino dado ao lançamento do imposto de renda.

A decisão de mérito proferida no processo matriz, reconhecendo ou não a ocorrência do fato econômico que justificou o lançamento decorrente, constitui, assim, prejulgado no lançamento do processo reflexivo, em razão da íntima relação de causa e efeito existente entre eles.

Impõe-se por tal fato ajustar-se a decisão do processo reflexivo ao decidido no processo principal.

Na esteira dessas considerações, dou provimento ao recurso voluntário e nego provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões - DF, em 06 de dezembro de 1996

  
CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES - RELATOR.